

O EMPODERAMENTO FEMININO SOB A PERSPECTIVA DE MULHERES DO MEIO RURAL QUE PARTICIPAM DA FEIRA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CIDADE DE ITUIUTABA-MG

Neide Aparecida Riza Andrade¹
Luzilene de Almeida Martiniano²

RESUMO

Abordando a temática do empoderamento feminino no meio rural esta pesquisa tem como objeto de estudo as relações de gênero e trabalho e percepções sobre empoderamento feminino das mulheres que participam da Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar na cidade de Ituiutaba-MG. O objetivo geral será identificar as relações de gênero e trabalho e as percepções sobre empoderamento feminino das mulheres que participam da feira. Parte-se do pressuposto que o empoderamento feminino alcançou o meio rural modificando as relações de trabalho e gênero. Acredita-se que as mulheres rurais assumiram novas funções, participando ativamente da produção e do orçamento doméstico. A metodologia empregada é a pesquisa exploratória, utilizando como procedimento as pesquisas bibliográficas e de campo, valendo-se da abordagem qualitativa dos dados. O cenário para esta pesquisa foi a Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar na cidade de Ituiutaba-MG. Optou-se pela técnica de entrevista e as participantes foram 5 mulheres selecionadas de acordo com o maior tempo de participação na feira e com a sua disponibilidade para participar da pesquisa. Pretende-se com a pesquisa agregar novos resultados à literatura já divulgada na área, somando conhecimentos e tornando-se referência para pesquisas futuras. Pretende-se ainda proporcionar visibilidade às mulheres rurais, ao relatar as percepções das mesmas sobre o tema estudado. A devolutiva de resultado às participantes da pesquisa será realizada para que elas sejam beneficiadas, incorporando em sua vida atitudes de empoderamento.

Palavras-chave: empoderamento feminino; feminismo; relações de gênero.

1 INTRODUÇÃO

No meio rural, as relações de trabalho estabelecidas entre os membros da família contemplam ainda nos dias atuais uma forte carga de desigualdade para as mulheres. Em geral, o homem, chefe da família, é tido como o único responsável pelo provimento do sustento familiar. Entretanto, as pequenas propriedades rurais baseiam suas atividades econômicas na utilização da mão de obra de toda a família que nela reside.

É comum existir uma divisão de tarefas na qual, muitas vezes, a mulher tem a jornada de trabalho mais do que duplicada, acumulando as tarefas estritamente domésticas com outras atividades de menor ou maior grau de esforço físico determinadas pelo homem. Neste sentido, a mulher assume além da casa, os

1 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. E-mail: neideriza@gmail.com.

2 Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal. E-mail: lu.martiniano@ufu.br.

cuidados com o quintal, plantio e zelo de plantas em pomares e jardins, trato de animais, ordenha de vacas, dentre outras atividades.

Encontra-se também diversas situações em que a mulher exerce funções de elevado teor de esforço físico, porém ainda assim recebe a classificação de ajudante, conforme cita Brumer (2004):

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda', mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. (BRUMER, 2004, p. 210).

Neste contexto de desvalorização, muitas mulheres têm buscado gerar renda através de meios alternativos à produção agrícola e pecuária, tradicionalmente consagradas como atividades masculinas. A produção de objetos de artesanato e produtos alimentícios para comércio pode ter valor altamente significativo no orçamento doméstico. Não raro, pode-se encontrar famílias rurais que tenham esses tipos de atividade como principal componente da renda familiar e não apenas um complemento.

Considerando ser este um tema moderno e muito necessário, o objeto de estudo desta pesquisa são as relações de gênero e trabalho e as percepções sobre empoderamento feminino das mulheres que participam da Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar na cidade de Ituiutaba-MG.

A feira ora mencionada foi o cenário desta pesquisa. Ela acontece todas as terças e sextas-feiras a partir das 17h no Barracão do Produtor³ anexo a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Ituiutaba-MG, na Rua 40 c/ avenida 7, Bairro Progresso. Nela são comercializados objetos de artesanato (panos de prato, tapetes, forros bordados, etc.) além de diversos alimentos típicos da região como biscoito de polvilho (frito e assado), pamonha, rapadura, queijo, requeijão, doces de frutas variadas, farinha de mandioca e de milho, pimentas curtidas, conservas, etc.

Participam da feira várias famílias rurais oriundas de assentamentos e pequenas propriedades rurais do município da cidade. Nota-se que quase a totalidade dos produtos comercializados são produzidos sob o comando das mulheres que integram essas famílias, sendo a matéria-prima ainda fornecida em maior parte através do trabalho masculino.

A iniciativa de criação da feira, por parte do Sindicato, foi para valorizar a comercialização direta dos produtos das pequenas propriedades rurais, que, quando são vendidos por intermediários, levam à uma menor margem de lucro para quem produziu e ainda aumenta o valor de venda ao consumidor. Outro objetivo foi de evitar que as mulheres do campo deixem de produzir devido ao fato de não terem onde comercializar seus produtos e para que obtenham, desta maneira, uma fonte de renda independente dos companheiros.

As mudanças nas relações de trabalho e gênero com uma maior valorização do trabalho feminino vem ao encontro das diversas temáticas atuais referentes ao empoderamento feminino. Neste sentido, o meio rural é importante fonte de pesquisa, pois trata-se de campo ainda pouco explorado e nele as relações de

³ Devido a pandemia da COVID-19 o local de realização da feira foi temporariamente transferido para a Praça da rua 36 entre as avenidas 7 e 5A.

exclusão, desigualdade e segregação modificam-se em maior espaço de tempo e com maior dificuldade devido as tradições existentes serem mais fortes.

O empoderamento, conceito recente surgido a partir de um neologismo do termo em inglês “*empowerment*” criado por Paulo Freire, pode ser utilizado de maneira muito variada de acordo com o grupo social que dele irá se apropriar. Refere-se ao ato de dar poder a alguém ou a si próprio. O termo empoderamento feminino, tem diversas definições dentre as quais, considerando o contexto desta pesquisa pode-se destacar as que seguem.

Sardenberg conceitua o empoderamento na perspectiva feminista e afirma que:

Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. (SARDENBERG, 2006, p. 2).

Já a doutora em sociologia política, Ana Alice Costa, em seu texto *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres* cita que:

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família. (COSTA, 2012, p. 9).

Diferentes pesquisas têm surgido buscando verificar os impactos do empoderamento feminino e dos movimentos feministas nas relações de trabalho e gênero no Brasil. Sendo assim, cada novo estudo que leve ao conhecimento da comunidade científica e da sociedade em geral as melhorias conseguidas em termos de exclusão, desigualdade e segregação do sexo feminino, acrescentará e fomentará outras iniciativas positivas neste sentido. Cada nova conquista de uma mulher em uma pequena propriedade rural é uma semente que pode render frutos para todas as mulheres.

Feita esta breve introdução, é importante mencionar que este trabalho está organizado da seguinte maneira: duas seções preliminares - uma sobre as relações de gênero e trabalho no meio rural e o outra sobre as mulheres rurais e o empoderamento feminino, que trarão o aporte teórico/bibliográfico do trabalho – em seguida o trajeto metodológico, depois os resultados da pesquisa discutindo-se os mesmos em comparação com os estudos de outros autores e, por último, as considerações finais.

2 RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO NO MEIO RURAL

As mulheres no meio rural trabalham muito e, normalmente, a sociedade em geral não faz ideia do tamanho desta carga de trabalho diário. Não existe feriado, nem férias, o trabalho no campo é de domingo a domingo, faça chuva ou faça sol. Tradicionalmente, está enraizado na sociedade capitalista a mítica divisão social do trabalho em que a mulher, seja no campo ou na cidade, por sua natureza

supostamente mais frágil, é a responsável pelas tarefas do lar. Entretanto, até que ponto pode-se sustentar esta afirmação tendo por base mulheres rurais que trabalham tanto dentro quanto fora de casa?

Maria Ignez Paulilo, cientista social, cujo eixo principal de trabalho são as mulheres rurais, assevera sobre a questão da divisão sexual do trabalho ao afirmar que:

Nas sociedades em geral, o fator sexo opera como um elemento discriminador na divisão social do trabalho, já que ao homem estão destinados os trabalhos ligados à produção, e à mulher, o trabalho doméstico. Nota-se, porém, que o trabalho doméstico continua sendo visto como a principal função da mulher quando ela passa mais tempo laborando fora do que em casa. Isso leva a crer que há causas pouco exploradas que levam à ênfase no modelo 'rainha do lar'. (PAULILO, 2016, p. 27).

Melo, Cappelin e Castro (1996, p. 84) destacam que a família não é um conjunto homogêneo e sim “uma convivência entre indivíduos de sexos diferentes que realizam atividades produtivas e reprodutivas, compartilhando um projeto de sobrevivência”. Apesar disto, existe uma contradição que, conforme estas autoras:

[...] se mantém e se reproduzem no interior do núcleo familiar uma rígida divisão sexual do trabalho, na medida em que as agricultoras permanecem, exclusivamente, consideradas como mão-de-obra sem nenhum poder de intervenção na comercialização, sendo pouco ou nada informadas e preparadas para debater os desafios tecnológicos atuais. E mais ainda, não reconhecidas como interlocutoras nas relações com as instituições que subsidiam e planejam o crédito agrícola. Esta nova forma de invisibilidade chega a subestimar, ou até, desconhecer, a capacidade de intervenção das mulheres na produção, reproduzindo, assim, a hierarquia que ainda vê nos homens os autênticos 'chefes dos núcleos familiares'. (MELO; CAPPELIN; CASTRO, 1996, p. 92).

Ao explicar os aspectos relativos a divisão de trabalho que se estabelece entre homens e mulheres rurais Brumer (2004) cita que estes são dois principais:

O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. (BRUMER, 2004, p. 212).

Na medida em que as mulheres ampliam a sua atuação na força de trabalho das pequenas propriedades rurais, a expectativa seria de que a organização familiar correspondesse da mesma forma, alterando-se em determinados aspectos como a tomada de decisões, por exemplo. Todavia, o que ocorre é que a definição tradicional da estrutura familiar e a própria rigidez da divisão de tarefas impõem barreiras à plena consolidação da função da mulher. Seu trabalho continua sendo visto como secundário em relação ao do homem. Melo, Cappelin e Castro (1996, p. 84) mencionam: “o problema é que o desconhecimento da especificidade da contribuição das mulheres leva a aumentar a subestimação das práticas por elas exercidas no espaço familiar e no produtivo, acentuando a ideia do subemprego das mulheres”.

É importante mencionar que, normalmente, a principal atuação feminina no meio rural se dá na chamada agricultura familiar. A legislação brasileira define a unidade familiar de produção agrária e empreendimento familiar rural como aquele que:

- I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar. (BRASIL, 2006, 2017).

Neste mesmo sentido, Mesquita e Mendes (2012a) reforçam que a agricultura familiar é:

[...] baseada no trabalho da família e se caracteriza como aquela em que a direção do processo produtivo está assegurada diretamente ao proprietário da terra, na qual a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar. (MESQUITA; MENDES, 2012a, p. 16).

Para melhor compreensão das muitas atividades femininas desenvolvidas no meio rural, no âmbito da mencionada agricultura familiar, recorre-se novamente a obra de Paulilo (2016), que divide o trabalho da mulher em: doméstico (arrumar a casa, lavar e passar roupa, cozinhar e cuidar dos filhos), trabalho produtivo realizado no lar (horta e cuidados com os animais, aqui os excedentes costumam ser vendidos localmente ou regionalmente) e o trabalho produtivo fora do lar propriamente dito, ou seja, aquele que é realizado nas lavouras.

Se no campo o trabalho é familiar e a renda gerada por estas diversas atividades femininas continua sendo gerida pelo marido, reforça-se a situação anteriormente mencionada de que o trabalho da mulher é subsidiário ao do homem, é a invisibilidade do trabalho feminino. A condição da mulher de ser apenas uma ajudante está enraizada no meio rural:

[...] há uma desvalorização do trabalho da mulher, seu trabalho nas atividades relacionadas à produção é considerado como sendo menor, ela apenas “ajuda”, mesmo quando seu tempo de trabalho não é menor que o realizado pelo homem. Muitas vezes sua carga horária é igual ou superior à do homem, pois conciliam os afazeres domésticos com as atividades agrícolas. Muitas delas realizam o trabalho não agrícola, como o cuidado com os animais, com a horta, a fim de proporcionar renda e garantir uma mínima autonomia e individualização. (MESQUITA; MENDES, 2012a, p. 19).

Corroborando com o apontamento acima realizado, outro trabalho de Mesquita e Mendes (2012b) onde as autoras relatam que:

O trabalho da mulher na agricultura familiar considerado como uma “ajuda”, revela que a atividade desenvolvida nessa forma de produção pertence ao homem, sendo este, de sua responsabilidade e de sua obrigação. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelo homem, sugere que ele não gera valor econômico e social. Assim, a gratuidade do trabalho da mulher na agricultura brasileira tem como

hipótese a sua invisibilidade na agricultura familiar, a não identidade e o não reconhecimento do seu trabalho. (MESQUITA; MENDES, 2012b, p. 20).

A linearidade de pensamento que coloca as mulheres rurais como simples ajudantes, precisa ser rompida. A mulher trabalha e contribui para a sobrevivência da família, e isto é um fato incontestável, todavia, segundo os estudos de Melo, Cappelin e Castro (1996) a contabilização das diferentes fontes de renda da família e as decisões que envolvem as despesas a serem realizadas são sempre tomadas pelos homens. Desta forma, o marido “está em definitivo exercendo uma prática de gerenciamento que implica, junto ao núcleo familiar, na estruturação da divisão do trabalho” (MELO; CAPPELLIN; CASTRO, 1996, p. 108) e “da forma como ele estrutura o conjunto das atividades, explicitam-se mecanismos de inclusão, de exclusão, de colaboração e de autonomia” (MELO; CAPPELLIN; CASTRO, 1996, p. 109). Fica ainda mais evidente o mencionado acima ao relatar-se que:

Apesar das conquistas adquiridas pelas mulheres nas últimas décadas, ainda é possível verificar no meio rural uma invisibilidade delas no que refere ao trabalho e à gestão, visto que elas são importantes protagonistas na efetivação de diversas atividades da propriedade e na manutenção da família. Nesse sentido, é necessário avançarmos no debate sobre a participação das mulheres nas propriedades rurais, e não apenas como coadjuvantes de seus maridos e/ou pais. (SCHNEIDER et al., 2020, p. 246).

O fato é que a invisibilidade e a precarização do trabalho das mulheres rurais exigem atitudes de empoderamento que levem a mudança do cenário de exclusão e desigualdades em que vivem estas mulheres. Mesmo que as mudanças tenham ocorrido de modo mais lento no universo feminino e, principalmente, no meio rural, não se pode perder de vista que toda transformação começa a partir de uma primeira iniciativa.

3 AS MULHERES RURAIS E O EMPODERAMENTO FEMININO

Não há dúvidas de que a Constituição Federal de 1988 foi fundamental para consolidar no Brasil uma maior igualdade de direitos entre homens e mulheres do campo ou da cidade. Em relação às mulheres rurais, permitiu, por exemplo, o acesso à terra e a aposentadoria por idade aos 55 anos. Reconheceu ainda, o direito das mulheres à remuneração pelos trabalhos realizados no âmbito rural. É importante ressaltar que:

Esta conquista, recente, demarca a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres rurais, mesmo exercendo longas jornadas de atividades diárias, dentro e fora de casa. O reconhecimento, na legislação brasileira, da mulher como trabalhadora rural foi, em grande medida, resultado de um longo processo de lutas e intensas mobilizações para a conquista e posterior implementação dos direitos adquiridos. (MACIAZEKI-GOMES et al., 2021, p. 2).

Com a conquista de alguns direitos já garantidos em lei e com as várias lutas que ainda são necessárias para a ampliação destes, as mulheres têm consolidado cada vez mais a sua participação política, engajando-se em movimentos sociais e na atividade sindical. Neste contexto, o empoderamento feminino no meio rural é ferramenta importante na luta pela igualdade entre os sexos e contra a invisibilidade do trabalho feminino.

Brumer e Anjos (2008), ao considerarem o empoderamento como uma “ampliação do poder” afirmam que ele pode ser percebido em quatro dimensões - econômica, pessoal, social e política:

Na dimensão econômica, consideram-se as perspectivas de aumento da renda, da quantidade e qualidade nutricional dos alimentos e da qualidade de vida da família, assim como o controle das mulheres sobre os resultados econômicos de seu trabalho. A dimensão pessoal compreende o aumento da auto-estima e da autoconfiança. Nas dimensões social e política, focaliza-se a capacidade das mulheres de mudar e questionar sua submissão em todas as instâncias em que ela se manifesta, assim como a ampliação de sua participação em instâncias de poder. (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 221).

Apesar dos muitos resultados já obtidos em termos de conquista de direitos para as mulheres, segundo Costa (2012):

Ainda hoje, pese todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. As pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais. (COSTA, 2012, p. 3).

No campo, a situação das mulheres é agravada pelo fato de que muitas delas não reconhecem o seu próprio valor. A questão da supremacia masculina é ainda muito forte no meio rural, em que a maioria das famílias segue a estrutura tradicional do marido (chefe de família), esposa e filhos. Este é um fenômeno cultural e histórico em que a herança do patriarcado é evidente. Em trecho de estudo realizado com mulheres de uma comunidade rural no estado de Goiás, Mesquita e Mendes (2012b) também relatam que:

Geralmente, as próprias mulheres não reconhecem seu trabalho, considerando-o apenas como ajuda. Essa questão é mais acentuada, em virtude da aceitação, pelas próprias mulheres, da ideologia patriarcal, a idéia de que a mulher não faz parte do processo de trabalho da agricultura familiar está, muitas vezes, processada nas mentes não apenas dos homens, mas das próprias mulheres. O trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa que se superpõe à atividade agropecuária, principalmente na horta e no quintal. (MESQUITA; MENDES, 2012b, p. 21).

Existe um forte apelo emocional e pressão psicológica para o fato de que as mulheres precisam trabalhar em benefício da família. Por este fato, é comum que elas não reclamem de sua longa jornada de trabalho, conhecida popularmente no campo como “lida”. A exaustão e o sofrimento pelo qual essas mulheres passam permanece silenciado em meio aos lares tidos como “famílias exemplares” perante a sociedade.

O trabalho associado à sobrevivência aparece em caráter compulsório, como algo que precisa ser feito. Nesse contexto, às mulheres é expectado que desempenhem um papel de “boa mãe” e de “boa esposa”, que possa apoiar e “seguir” o marido, com o objetivo de manter a família unida e

produzindo junto, alimentada por uma moral religiosa de resignação e aceitação, em que cada um “dá de si”, em prol da família. Na herança cultural recebida, ao homem cabe a propriedade da terra, via sucessão rural, a gerência da unidade produtiva e familiar. Esse modo familiar de organização da vida, perpassado pelas racionalidades patriarcal e religiosa, tem na aliança afetiva e financeira depositada no contrato de casamento, a manutenção do tripé terra-trabalho-família. (MACIAZEKI-GOMES et al., 2019 apud MACIAZEKI-GOMES et al., 2021, p. 7).

Como consequência da sobrecarga de trabalho somada a outros fatores, entra em cena o triste cenário de adoecimento das mulheres no campo. Muitas vezes, as comunidades rurais não possuem nenhum tipo de acesso aos serviços de saúde básicos (médicos, dentistas, assistentes sociais, psicólogos, etc.), a não ser que recorram à cidade mais próxima para obtê-los. Quando estes serviços são oferecidos pelos municípios no campo (geralmente em visitas previamente agendadas nas escolas rurais ou associações, por exemplo) são de forma precária. Acabam não atendendo a contento, principalmente às mulheres, devido não terem uma periodicidade adequada que permita um tratamento contínuo, quando necessário. Bonafim e Gouvêa (2020) relatam a falta de preparo dos profissionais de saúde no Brasil para conseguirem lidar adequadamente com as peculiaridades inerentes à realidade do rural.

É importante mencionar ainda que as condições de trabalho no campo são, em sua maioria, muito insalubres e oferecem grandes riscos à saúde dos trabalhadores rurais. Pela falta de informação, muitos deles sequer reconhecem os perigos à que estão submetidos com o uso de agrotóxicos, por exemplo, na ausência dos equipamentos de proteção individual (EPIs). Conforme asseveram Bonafim e Gouvêa (2020):

As duplas e triplas jornadas, trabalhos exaustivos com exposição ao sol, chuva e agrotóxicos determinam agravos à própria saúde, como cefaleia, dores lombares e depressão, recorrendo a chás e medicamentos caseiros antes mesmo de procurar ajuda médica. (EBLING et al., 2015 apud BONAFIM; GOUVÊA, 2020, p. 147).

Analisando estudos sobre a saúde da mulher rural e a respectiva dificuldade em identificar corretamente quais são as necessidades deste grupo, Bonafim e Gouvêa (2020) ainda contribuem de maneira muito relevante ao afirmarem que:

A relação de saúde e adoecimento que têm a causa no trabalho realizado no meio rural é relativamente alta conforme os estudos vistos, conseqüentemente as péssimas condições de vida, falta de infraestrutura adequada para o atendimento à esta população e a sobrecarga gerada pelo trabalho braçal são fatores importantes que alteram a qualidade de vida e saúde desta população. Precisamos encontrar onde está a falha nas políticas de saúde à mulher trabalhadora e o que podemos fazer para melhorar a atenção à esta população que contribui tanto para a agricultura do país. (BONAFIM; GOUVÊA, 2020, p. 147).

Costa, Dimenstein e Leite (2014) trazem ao debate a questão da saúde mental das trabalhadoras rurais, relatando os resultados obtidos em estudo realizado com 55 mulheres de um assentamento no Estado do Rio Grande do Norte. Os autores chamam a atenção para o fato de que a precária assistência fornecida atualmente à estas mulheres está quase que exclusivamente voltada à saúde sexual e reprodutiva, deixando-se em segundo plano a saúde mental. Num ambiente em

que predomina a opressão e desvalorização da mulher, como não se preocupar com o seu estado de saúde psicológico? Mesmo nas cidades, sabe-se que as mulheres são mais suscetíveis do que os homens a doenças como a depressão, por exemplo. No campo então, esta situação é ainda mais grave, pois muitas vezes nem aparecem nas estatísticas devido à carência de atenção demandada aos problemas do rural.

Segundo o estudo acima citado, “as mulheres manifestaram vários sintomas como insônia, choro constante, falta de apetite, etc., que foram identificados por elas comumente como ‘doença nos nervos’, ‘nervoso’ ou ‘sistema nervoso’” (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014, p. 148). A utilização desses termos, deve-se, nas palavras dos autores, à criação de um “idioma social da doença”, ou seja, refere-se a um quadro geral que envolve tanto fatores físicos como psicológicos, os quais o próprio indivíduo não consegue distinguir corretamente.

As mulheres entrevistadas associaram esse "sistema nervoso" a uma série de acontecimentos que teriam desencadeado ou agravado tais sentimentos. Os principais fatores identificados pelas participantes no que se refere ao sofrimento em sua saúde física e mental foram a pobreza, o casamento, a sobrecarga de trabalho e a violência (principalmente a violência doméstica e sexual). Ao realizar as entrevistas, escutamos, com alguma surpresa que, para a maior parte das mulheres, o casamento (ou união estável) era uma das maiores fontes de angústia para as assentadas. Fomos entendendo aos poucos que, na agricultura familiar, esses relacionamentos e tudo aquilo o que os envolve - a chegada dos filhos, o cuidado com a casa - têm um papel central na lógica de organização dos grupos domésticos como orientadora para a vida social no campo. Além de estar relacionado ao aumento de responsabilidade, o casamento também representa um aumento da carga de trabalho. No âmbito doméstico, o trabalho das mulheres assegura a reprodução social e o bem-estar dos membros da família. (COSTA; DIMENSTEIN; LEITE, 2014, p. 149).

Em suma, não é difícil constatar a evidente necessidade de reforçar as estratégias de enfrentamento da situação de precariedade em que se encontram as mulheres rurais. Martins (2016) ao fazer referência aos estudos de Herídia e Cintrão (2006) menciona o esforço recente deste grupo na luta pela conquista de seus direitos e pela redução das desigualdades:

É importante enfatizar que, o protagonismo das mulheres rurais na luta por visibilidade através de suas reivindicações foi o que proporcionou o avanço na construção de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero no meio rural. Segundo as autoras [Herídia e Cintrão, 2006], foi no início dos anos 1980 que surgiram as primeiras organizações específicas de mulheres trabalhadoras rurais, estes movimentos ganharam visibilidade por meio de encontros, congressos e marchas e tinham como principais reivindicações o reconhecimento do trabalho feminino na agricultura familiar, o direito a aposentadoria, a sindicalização, salário maternidade, reforma agrária e o direito da titulação de terra em nome do casal ou em nome da mulher chefe de família. (MARTINS, 2016, p. 7).

É reforçado ainda por Martins (2016, p. 12) que “o processo de empoderamento destas trabalhadoras é necessário para o enfrentamento das desigualdades por elas vivenciadas”. O estudo destaca que é de extrema importância a união das mulheres rurais em organizações como os coletivos, por exemplo, que possam representá-las de maneira mais abrangente. Desta forma, a

autora afirma que “a organização tem exercido um papel fundamental enquanto estrutura mediadora do processo de empoderamento contribuindo para a melhoria nas condições de vida e trabalho das mulheres por meio do protagonismo social” (MARTINS, 2016, p. 13). Da mesma maneira, pode-se dizer que:

[...] é necessário fomentar alternativas de participação e de empoderamento dessas mulheres, baseadas em assistência técnica, construção de políticas públicas e projetos que auxiliem na desmistificação do trabalho feminino, valorizando e reconhecendo o papel das mulheres para o desenvolvimento rural. (SCHNEIDER et al., 2020, p. 225).

Cardoso e Schmidt (2019) ao mencionarem que o empoderamento “é fruto de um processo social” também reforçam que:

É necessário que haja um empoderamento das mulheres para que elas possam desenvolver e adquirir uma identidade feminina alternativa, que lhes permita decidir sobre as suas próprias vidas e as capacite a reivindicar e alcançar seus direitos. Importante que as mulheres conheçam seus direitos, assim como descubram quais são suas responsabilidades para com a sociedade, podendo assim desfrutar do seu status como cidadãs plenas. (CARDOSO; SCHMIDT, 2019, p. 52).

Nesta perspectiva, o empoderamento feminino das mulheres rurais abre caminho para processos de reparações históricas, nos quais seja reconhecido o verdadeiro papel desempenhado por elas e seu protagonismo no seio do núcleo familiar. Afinal de contas, mesmo que a mulher não consiga executar tarefas nas lavouras, por exemplo, devido à sobrecarga do trabalho doméstico, seu valor não tem precedentes e precisa ser respeitado. Ela precisa ter espaço para se expressar e sua voz precisa ser ouvida pelos demais membros da família e pela sociedade como um todo. Somente com este panorama de mudança e valorização, a mulher rural conseguirá consolidar sua autoestima e autoconfiança.

4 A PESQUISA E SEUS OBJETIVOS

A problematização desta pesquisa buscou responder quais são as relações de gênero e trabalho estabelecidas nas famílias das mulheres que participam da Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e qual a percepção dessas mulheres sobre o empoderamento feminino.

Partiu-se do pressuposto que o empoderamento feminino alcançou o meio rural modificando as relações de trabalho e gênero. Sendo assim, acredita-se que as mulheres rurais assumiram novas funções, participando ativamente da produção e do orçamento doméstico.

O objetivo geral foi identificar as relações de gênero e trabalho e as percepções sobre empoderamento feminino das mulheres que participam da Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar na cidade de Ituiutaba-MG.

Os objetivos específicos foram: verificar se as relações de gênero e trabalho estabelecidas nas famílias das mulheres que participam da Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar corroboram com o conceito de empoderamento feminino; e reconhecer, através das percepções dessas mulheres, se o empoderamento feminino está presente no meio rural e como ele pode auxiliar

no contexto das exclusões e desigualdades existentes entre homens e mulheres nesse meio.

Referente ao trajeto metodológico, segundo Gil (2010) as pesquisas podem ser classificadas de diferentes maneiras, mas para que esta classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério adotado para classificação. Desta forma, os sistemas de classificação podem definir as pesquisas de acordo com a área de conhecimento, com a finalidade, com os objetivos gerais e quanto aos métodos adotados.

Considerando a classificação quanto aos objetivos gerais é utilizada neste trabalho a pesquisa exploratória que “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2010, p. 41).

Para representar o universo das mulheres que residem e trabalham na zona rural, foi escolhido como cenário para a pesquisa de campo a Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar na cidade de Ituiutaba-MG. De acordo com a presidência do Sindicato que administra a feira, ela foi criada há cerca de 7 anos e possuía apenas 8 participantes. Ao longo do tempo este número cresceu e atualmente existem 76 feirantes cadastrados, sendo que 61 estão ativos, ou seja, participam da feira toda semana.

Esta pesquisa poderá ser classificada ainda como bibliográfica, pois foi feita uma revisão de literatura de material científico acadêmico já publicado sobre o tema para melhor embasamento teórico. Foram utilizados livros, revistas científicas, internet, legislações, entre outros.

A partir do referencial teórico levantado partiu-se para a prática empírica na pesquisa de campo. De acordo com Minayo (2007, p. 26) o trabalho de campo “realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias”. Foi utilizada a entrevista semiestruturada com as questões principais pré-formuladas.

A abordagem qualitativa, muito bem definida por Martinelli (1999), foi utilizada nesta pesquisa devido à sua característica de propiciar um aprofundamento entre o sujeito e os fenômenos investigados. Segundo a autora o importante “não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 24). Pode-se dizer ainda que a pesquisa qualitativa é mais adequada aos estudos que, como este, não exigem uma quantificação e “por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises” (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 282).

As participantes da pesquisa foram mulheres que residem e trabalham na zona rural e que vendem seus produtos na Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar. Foram selecionadas, por amostra não probabilística aleatória, 5 mulheres para serem entrevistadas. Foi levado em consideração o maior tempo de participação da feirante, pois acredita-se que as mulheres que participam da feira há mais tempo poderiam contribuir de maneira mais significativa para a pesquisa. Considerou-se ainda a disponibilidade em participar da pesquisa. Foram excluídas da pesquisa as mulheres que residem na área urbana e que, eventualmente, participam da feira, mulheres que residem na área rural, mas não participam da feira e feirantes que participam há pouco tempo da feira.

A pesquisa foi executada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia e as entrevistas somente foram realizadas após cada participante receber e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A entrevista foi previamente agendada durante a realização da feira, contando com a disponibilidade de cada participante.

A análise dos dados foi feita a partir das respostas fornecidas pelas participantes da pesquisa considerando os objetivos estabelecidos.

5 OS RESULTADOS DA PESQUISA

Uma vez realizada a fundamentação teórica que embasou a construção deste trabalho, parte-se para a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa de campo. Vale ressaltar que a teorização, executada a partir de diversos autores, foi essencial para embasar a elaboração do instrumento de coleta de dados e realizar adequadamente as entrevistas de modo que os objetivos deste trabalho fossem plenamente alcançados.

Conforme menciona Oliveira (2012, p. 97), “as informações obtidas com a aplicação dos instrumentais de pesquisa (entrevistas/questionários), chamados de dados, devem ser sistematizadas para facilitar o processo de análise”. Para esta finalidade, todas as entrevistas realizadas foram fidedignamente transcritas, o que permitiu um criterioso processo de análise. Sendo assim, “as respostas e/ou dados que foram obtidos por meio das questões e/ou de cada item da entrevista nos levaram a fazer a classificação das unidades de análise” (OLIVEIRA, 2012, p. 100).

As respostas das participantes foram divididas em categorias de análise. As categorias são um “agrupamento de elementos que são sistematizados pelo pesquisador(a) após a pesquisa de campo, ou durante a análise de conceitos em livros didáticos, textos e documentos” (OLIVEIRA, 2012, p. 93). Desta forma, optou-se por agrupar as respostas referentes ao núcleo familiar, à temática do trabalho e sobre a divisão de tarefas do lar em uma categoria. O sentimento da mulher na relação com o seu companheiro (igualdade de gênero, machismo ou companheirismo) e a questão da autonomia em relação à renda obtida na feira foram analisadas numa segunda categoria. E por fim, o papel da mulher na família e na sociedade e a noção sobre o empoderamento feminino constituíram a terceira categoria.

Para garantir o sigilo e preservar a identidade das participantes, elas foram identificadas com nomes de flores, a saber: Amarílis, Camélia, Margarida, Magnólia e Violeta. Esta foi uma forma também de homenageá-las por sua força e beleza (interior e exterior) e de agradecê-las por aceitarem colaborar com a pesquisa.

Antes da apresentação dos resultados deste trabalho, é muito importante registrar certas observações realizadas durante a pesquisa de campo. Algumas mulheres, ao serem abordadas para a participação na pesquisa, estavam trabalhando nas barracas da Feira junto com seus companheiros. Foi bem notório o desconforto dessas mulheres sobre a possibilidade de responder à pesquisa junto com eles e elas acabaram não aceitando. Inclusive, uma das mulheres perguntou ao marido se podia participar da pesquisa e como ele não respondeu claramente, ela se negou. Outra mulher, que também estava junto com um homem, que não se sabe se era seu companheiro, ao ser informada do tema da pesquisa, pediu que fosse procurada outra pessoa, que ela não poderia participar. Por tratar-se de uma pesquisa sobre empoderamento feminino, pode-se inferir e levantar um aspecto, de certa forma até positivo, neste fato ocorrido. Estas mulheres certamente já possuíam

pelo menos uma ligeira noção sobre o tema e podem ter presumido que as respostas não iriam ao encontro do que pensam seus companheiros, o que poderia gerar algum tipo de conflito entre eles e preferiram não participar.

É importante mencionar que nas cinco entrevistas realizadas não havia a figura do companheiro presente no ato da realização da mesma, ou seja, ele não teria conhecimento das respostas dadas pelas participantes. Entretanto, mesmo ele não estando presente fisicamente, percebeu-se que em algumas respostas as participantes hesitaram, como se estivessem na presença deles, chegando a mencionar na resposta sobre terem autonomia ou não para usufruir da renda obtida na feira: “não, mais pode colocar que sim, é difícil esses homens mineiros” (informação verbal)⁴. Fica evidente uma espécie de dominação que está enraizada na mente destas mulheres.

A composição do núcleo familiar das entrevistadas é bastante tradicional: marido e esposa ou marido, esposa e filhos. Apenas duas das entrevistadas não moram com seus companheiros, sendo uma porque não possui atualmente e a outra porque residem em casas separadas. Somente uma das entrevistadas possui uma constituição familiar mais diversa da tradicional, sendo formada por ela, seu filho, a avó, a tia e o primo.

Com relação à divisão de tarefas no núcleo familiar a maior parte das entrevistadas relatou que produzem sozinhas os produtos que são comercializados na feira, acumulando esta tarefa com as funções domésticas. Elas alegaram, em sua maioria, não ajudar o companheiro em trabalhos braçais. E quando questionadas sobre o companheiro ajudar nas tarefas do lar, com exceção da entrevistada que não possui companheiro, as demais respostas foram que não, eles não ajudam, o que ficou bem representado na fala de uma delas: “nunquinha, nunquinha, o que ele pode fazer é uma comidinha de vez em quando, de jeito nenhum, é só uma comidinha uma vez no mês e olhe lá” (informação verbal)⁵.

Da mesma forma que nos trabalhos externos ao lar, a mulher é vista como ajudante, aqui invertem-se os papéis e “a participação do marido nas tarefas domésticas é vista como ‘ajuda’ e as mulheres tomam para si a responsabilidade e o ‘dever’ de realizá-las” (MACIAZEKI-GOMES et al., 2021, p. 9). É desta maneira que:

O mercado conseqüentemente atribui à mulher o papel de funções que possuem relação com o doméstico, como se coubesse ao feminino apenas as tarefas de arrumar, cuidar e organizar, e aos homens, as de administrar, prover e tomar decisões. Esses seriam os problemas de divisão do trabalho a partir de visões estereotipadas de gênero, que tendem a querer pré-determinar socialmente aonde as pessoas podem chegar. (SANTANA; SILVA; PESSOA, 2020, p. 277).

Um estudo que reafirma os resultados acima mencionados, referente ao trabalho doméstico ser desempenhado prioritariamente pelas mulheres, foi realizado no município de Vitorino, na região sudoeste do Estado do Paraná, no qual foram entrevistados 22 agricultores familiares (homens):

Questionamos ainda nossos interlocutores sobre a divisão sexual do trabalho doméstico na família, sendo distribuído da seguinte forma: em 14 residências, as mulheres são as únicas responsáveis pela atividade; em três, toda a família realiza as atividades domésticas; em duas, as atividades são divididas entre o casal; e três entrevistados não quiseram responder.

4 Entrevista fornecida por Camélia, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

5 Entrevista fornecida por Violeta, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

Podemos verificar que existe uma clara divisão sexual do trabalho doméstico, já que são as mulheres, em sua maioria, as responsáveis pela sua efetivação. Esse trabalho é tratado como algo inerente e natural ao gênero feminino. (SCHNEIDER et al., 2020, p. 252).

Apesar de não receberem auxílio de seus companheiros para a fabricação dos produtos comercializados na feira, a maior parte das entrevistadas respondeu que esta é a única fonte de renda da família atualmente. Uma das entrevistadas ainda mencionou sobre o companheiro que:

A única coisa que ele faz é fatiar a guariroba pois eu não tenho força para fatiar a guariroba, mais é só, o restante é eu que faço, eu que embalo, faço tudo, os doces eu que faço, as vezes ele ainda rala um queijo para mim porque eu tenho medo de ralar meus dedos, aí as vezes ele rala o queijo para mim (informação verbal)⁶.

Com esses resultados fica evidente que o papel da mulher como “ajudante” conforme bem destacaram Brumer (2004) e Mesquita e Mendes (2012a, 2012b) é algo que está realmente muito longe da realidade, pois as mulheres relatam fabricar praticamente sozinhas os produtos que representam a renda para o sustento da família. Neste mesmo sentido, afirma-se que:

[...] no campo, prevalece uma hierarquização entre o trabalho de homens e mulheres, o que as leva a serem reconhecidas apenas como colaboradoras do trabalho masculino. Essa perspectiva faz com que as atividades das mulheres não sejam reconhecidas no ambiente de trabalho em que estão inseridas. (QUARESMA, 2015 apud SANTANA; SILVA; PESSOA, 2020, p. 275).

Em complemento, já que a renda familiar provém especialmente do trabalho feminino na fabricação dos produtos que são comercializados na feira, foi perguntado se essas mulheres possuem autonomia para usufruir da renda obtida e apenas duas mulheres responderam que sim, possuem autonomia, sendo uma delas a que não possui o companheiro atualmente. A participante menciona: “Sim, eu que mando. Meus filhos e meu marido não interferem, o que eu faço, eu compro, eu vendo” (informação verbal)⁷.

Nas falas das mulheres que responderam não possuir autonomia, fica evidente o papel do homem como chefe da família:

O dinheiro vai diretinho pro bolso dele, por isso que eu vejo que tô na idade da pedra ainda. De quatro anos para cá não, hoje mudei completamente, antes há 4 anos atrás assim se me fizesse essa pergunta eu falava que o meu dinheiro era meu, que era pouco mais era meu, agora hoje quem manda é o marido. Sou bem antigona mesmo (informação verbal)⁸.

Pode colocar que sim por que se eu quero alguma coisa, eu falo para o meu marido assim, me dá o dinheiro que eu quero ir no mercado comprar umas coisas, ele me dá e eu vou lá e compro o que eu quero, então sim né. É tipo assim ele que vende, ele pega, ele assume, aí é lógico, ele paga as coisas que tem que pagar de casa, as coisas de casa (informação verbal)⁹.

6 Entrevista fornecida por Camélia, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

7 Entrevista fornecida por Amarílis, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

8 Entrevista fornecida por Violeta, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

9 Entrevista fornecida por Camélia, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

Com estas respostas percebeu-se que ainda existe a ideia de que o marido tem que controlar o dinheiro porque é ele quem deve pagar as despesas da casa. Mesmo que o rendimento provenha especialmente do trabalho feminino a participante precisa pedir o dinheiro ao companheiro quando quer comprar alguma coisa. Se ele entrega o dinheiro pedido, a mulher sente-se satisfeita e acredita que está tudo correto e acaba colaborando involuntariamente para a sua invisibilidade. Conforme mencionado anteriormente, é uma situação que está enraizada na mente da própria mulher e não só dos homens.

Quando foi perguntado como a mulher se sentia na relação com o companheiro, se havia igualdade de gênero, machismo ou se elas consideravam que havia companheirismo, percebeu-se uma certa indecisão por parte das participantes, exceto uma delas que não respondeu a esta pergunta por não possuir atualmente um companheiro. Duas mulheres responderam que há um companheirismo “normal”, mas não foram além na explicação sobre como seria esse normal. Outras duas responderam que o companheiro é machista, nas palavras da entrevistada:

Vendo meu marido hoje, atual, eu vejo que assim ele é muito machista, a opinião dele, ele não quer saber de opinião feminina, mas depende da feminina, as respostas em tudo dele ele depende de mim, mas na cabeça dele é ele que manda e eu aceito né (informação verbal)¹⁰.

Em relação ao questionamento sobre o papel da mulher na família e na sociedade percebeu-se que a totalidade das entrevistadas reconhecem que há um valor muito grande na figura feminina. Entretanto, elas o descrevem apenas como “fundamental”, “importante”, ficando evidenciado que falta uma incorporação de fato de conceitos como o de empoderamento feminino, por exemplo, para que elas consigam definir e reconhecer melhor o seu papel.

Outras participantes conseguiram discorrer com mais detalhes sobre o papel da mulher na família e na sociedade:

A mulher é o esteio do lar e da família (informação verbal)¹¹.

Eu acho que a mulher na família tem muita importância por que ela que decide praticamente tudo dentro de casa e na sociedade também (informação verbal)¹².

Eu vejo assim, igual eu vejo meu relacionamento hoje, ela é a principal, eu não posso ser a cabeça, mais eu tenho certeza que eu sou o pescoço, eu falo que se eu desmembrar o pescoço ele tá sem rumo, eu vejo na cabeça dele que ele é que manda, mais eu vejo que se eu tirar o pescoço dele ele tá sem a cabeça (informação verbal)¹³.

Verificou-se que a mulher parece entender seu papel central, mas permite-se ficar em segundo plano. Como demonstram Santana, Silva e Pessoa (2020) “as relações assimétricas de gênero naturalizaram os homens como dominantes e as mulheres como dominadas, sendo que essa dominação é construída socialmente por intermédio da naturalização das relações de poder” (SANTANA; SILVA;

10 Entrevista fornecida por Violeta, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

11 Entrevista fornecida por Margarida, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

12 Entrevista fornecida por Amarílis, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

13 Entrevista fornecida por Violeta, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

PESSOA, 2020, p. 277). Evidencia-se que “a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina num papel de submissão que comporta significações hierarquizadas” (GUBERT et al., 2020, p. 25).

Quando perguntadas se já ouviram a expressão empoderamento feminino, três entrevistadas responderam que sim. As demais nunca ouviram a expressão e foram esclarecidas pela pesquisadora sobre o significado do termo. Dentre as que conheciam a expressão, uma delas não soube explicar o significado. Outra alegou que: “é a mulher ser dona da sua própria vida, ser forte, destemida” (informação verbal)¹⁴. E a terceira respondeu que o empoderamento feminino teria mais condições de ser alcançado por mulheres mais jovens, associando o conceito ao fator idade, nas palavras dela:

Já ouvi várias vezes empoderamento feminino, só que hoje eu vejo assim, na minha idade que hoje eu tô, com 47 anos, tô fazendo dia 24 do mês agora de setembro, eu vejo que ela só vai valer mais para a juventude que vai vim futura, da idade talvez de uns 30 anos abaixo, porque na nossa idade dentro de 100 mulheres 10 conseguem, as outras ainda se mantém lá pra trás (informação verbal)¹⁵.

Ao serem questionadas se consideram que o empoderamento feminino pode auxiliar na redução das desigualdades existentes, apenas uma das mulheres respondeu que não. Entre as que responderam sim, foram respostas curtas, em que elas não conseguiram ou não se entusiasmaram a explicar melhor: “com certeza” (informação verbal)¹⁶ e “sim, uhum” (informação verbal)¹⁷. Duas participantes conseguiram elucidar suas respostas:

Considero muito, só assim as mulheres vão ser respeitadas e compreendidas no meio rural (informação verbal)¹⁸.

Sim, enquanto mais as mulheres buscar, como se diz, mostrar que a gente é capaz de fazer igualmente eles, que a gente hoje eu falo que nós mulheres fazemos muito mais as tarefas em tudo, a gente trabalha fora, a gente é mãe, a gente é esposa, a gente é sogra né, porque eu tô na idade de ser sogra, já tô com nora, com genro, a gente quer ser avó, então a gente quer ser tudo isso e a gente as vezes deixa a desejar alguma coisa até para o próprio marido né mais. O homem chega em casa, vai ver televisão e a gente chega em casa no mesmo horário que eles vai fazer outras tarefas. Eu acho que essa idade que tá vindo agora dos seus 30 anos para cá é a que mais vai ser independente sim, eu vejo assim que a independência também trouxeram muita desigualdade no relacionamento pessoal das pessoas, entre marido e esposa. Eu vejo demais que teve essa grande diferença, que hoje em dia eu falo assim, eu posso, a mulher era dependente do marido e ele impunha e hoje a gente buscou e conseguiu às vezes um emprego assim, só que isso também trouxe muito a separação do casal, dos filhos em geral por que assim eu acho que quem mais sofre vai ser a geração filhos. Quando eu separei do pai da minha filha, já tem muitos anos, foi a que mais sofreu, quem fez eu ver essa história foi uma psicóloga, eu não tava bem, eu tava muito preocupada em trabalho, pagar a comida, roupa, tudo isso e não precepei em olhar para ela e brincar, não tinha

14 Entrevista fornecida por Margarida, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

15 Entrevista fornecida por Violeta, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

16 Entrevista fornecida por Camélia, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

17 Entrevista fornecida por Magnólia, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

18 Entrevista fornecida por Margarida, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

tempo, então hoje em dia acho que o que eu passei, muitas mães estão passando, ela tinha 9 anos, 8 pra 9 anos, ela passou a dormir dentro de sala de aula, a professora me chamou e eu levei ela para a psicóloga, aí a psicóloga me explicou que o sono dela não era sono ela queria fugir da realidade, aí ela era muito estudiosa e ela parou do nada, eu tava indo em um psicólogo, só que aí o que fez eu ver que ela tava necessitando do psicólogo foi nessa época de escola, os filhos sofrem muito. Então assim, através desse empoderamento das mulheres hoje feminino, tá vindo também essa história da parte filho, que vai gerar um outro problema muito grande, então assim eu vejo muito assim que filhos tem que ter espelho, mãe e pai ou então avô e avó, que eu falo que tem que ter os dois, que é a base e as vezes investindo a gente consegue, mais hoje em dia tá acontecendo muito isso, eu mesma com 47 anos falo que é difícil, mais nós consegue, com essa força (informação verbal)¹⁹.

Na fala desta última participante, é levantada a questão do empoderamento feminino influenciar ou provocar a separação do casal e também sobre como essa situação afetaria os filhos. No relato, fica claro que foi uma situação vivenciada pela participante com a sua própria filha e ela alerta para o cuidado com os filhos, porque muitas vezes a mulher empoderada é também uma mulher que sofre com o peso de se sentir obrigada a dar conta de tudo sozinha. Na verdade, o empoderamento feminino tem que agregar benefícios à vida da mulher e não colocá-la na posição de uma heroína que será capaz de realizar todas as tarefas sem a ajuda de ninguém. Estas questões são colocadas por Siqueira e Sardenberg (2014) como “tensões” e trazem ao debate a discussão sobre a libertação da figura feminina:

Observo que, enquanto empoderamento feminino, este processo cobra um preço na vida pessoal e pública destas mulheres, pois tensões têm sido geradas nas famílias e nas comunidades, com dificuldades nas relações entre cônjuges, entre parentes e entre vizinhos. Neste contexto, estou dialogando com o conceito de empoderamento de mulheres a partir de uma perspectiva feminista, ou seja, como um processo da conquista de autonomia, de autodeterminação, implicando, portanto, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal construída historicamente. (SIQUEIRA; SARDENBERG, 2014, p. 3776).

Constata-se aqui outra linearidade de pensamento que deve ser quebrada, a que coloca a mulher como refém do próprio processo de empoderamento. Será uma tarefa árdua desfazer séculos de tradições que estão enraizadas em nossa sociedade, que desvalorizam a mulher e nas quais a mulher do campo muitas vezes nem é considerada ou lembrada:

É necessário trazer o trabalho das mulheres ao protagonismo no ambiente rural, tirar as suas atividades da invisibilidade econômica, conforme relata Faria (2009), perante ao sistema de produção do campo que é ainda gerido numa perspectiva machista. A autora discorre que é necessário a aplicação da economia feminista, um movimento de pensamento econômico que baseia suas práticas nas críticas ao sistema econômico dominante, promovendo a reflexão e se atendo às mulheres como protagonistas econômicas. (SANTANA; SILVA; PESSOA, 2020, p. 280).

É evidente que o empoderamento das mulheres, em especial das mulheres rurais em seu contexto de maior invisibilidade, será, como afirmam Siqueira e Sardenberg (2014) um processo e não simplesmente um resultado:

19 Entrevista fornecida por Violeta, para a pesquisa de campo, em Ituiutaba, em julho de 2021.

O empoderamento apresenta múltiplas dimensões, assume diversos aspectos particulares e estágios sucessivos de uma progressão. Para Sardenberg (2009), o processo de empoderamento é uma espiral, não é linear; não existe um estágio de empoderamento absoluto, pois as pessoas são empoderadas ou desempoderadas, sempre em relação a outros ou a si próprias, em momentos anteriores. Enquanto categoria analítica, empoderamento é um processo, não um simples produto. (SIQUEIRA; SARDENBERG, 2014, p. 3781).

Segundo Gubert et al. (2020), a mulher é o agente ativo principal nesse processo de empoderamento:

A pauta feminina deve ser então, de forma urgente, a de se tornar um ser humano capaz de promover as mudanças e remover as iniquidades que restringem o bem-estar feminino. Toda essa mudança na abordagem do papel da mulher na sociedade se deve ao potencial das mulheres de produzir, ter sua própria renda, desenvolver uma carreira profissional, e tomar decisões dentro e fora do âmbito familiar. Percebe-se que todos esses aspectos têm em comum a contribuição positiva para fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres, por meio da independência e do ganho de poder. (GUBERT et al., 2020, p. 27).

O fato dos resultados desta pesquisa apontarem para a permanência de uma situação de desigualdade e divisão sexual do trabalho nas famílias rurais não pode ser visto de forma somente negativa. É preciso considerar que o conceito de empoderamento feminino já está adentrando no vocabulário dessas mulheres e que as mudanças, apesar de lentas, estão acontecendo. Sendo assim, é necessário que mais políticas públicas sejam direcionadas a este grupo, no sentido de fornecer à estas mulheres o estímulo de que necessitam para desconstruir esta realidade opressora e excludente. A própria comunidade acadêmica e científica tem muito a contribuir, inserindo estas mulheres em projetos de pesquisa, como este, ou de extensão, para que elas se sintam valorizadas e tenham o entendimento de que são capazes de definir o seu lugar no mundo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, verificou-se que as relações de gênero e trabalho estabelecidas nas famílias das mulheres que participam da Feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar ainda estão extremamente ligadas aos moldes tradicionais. Prevaecem a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade e precariedade do trabalho da mulher rural.

Além disso, constatou-se que o alcance do conceito de empoderamento feminino no meio rural, apesar de sua importância presumida para auxiliar no contexto das exclusões e desigualdades existentes entre homens e mulheres nesse meio, é ainda incipiente e demanda maior difusão, propagação e afirmação.

Fornecer informação e levar conhecimento para as mulheres rurais, seja através de ações do poder público ou das instituições de ensino, por exemplo, é imprescindível para o acesso aos seus direitos básicos. Em adição à garantia destes direitos, espera-se que as mulheres verdadeiramente empoderem-se e aumentem a sua participação em espaços de decisão, como na política, sindicatos, associações, cooperativas, etc. Está claro que no âmbito do lar, e fora dele também, a mulher rural tem toda uma carga de atribuições a ela inerentes e que são eficazmente

cumpridas, falta fazer valer sua voz e sair da invisibilidade. Uma via que se apresenta para tal é, sem sombra de dúvida, o empoderamento feminino em todas as suas dimensões: econômica, pessoal, social e política.

Vale ressaltar que a prática do empoderamento feminino não deveria ser estigmatizada, de forma alguma, como responsável pela separação de casais e desintegração das famílias convencionais que tanto afetam os filhos. Esta é uma situação que envolve múltiplos fatores e que em nada se liga ao fato da mulher conquistar seu espaço. O aumento das famílias monoparentais, ou seja, famílias em que um dos pais é o único responsável pelo sustento da casa e das necessidades dos filhos, não deve ser pejorativamente associado à ideia de que são provenientes de lares desfeitos por mulheres que buscaram sua independência. É necessária uma mudança de atitude e pensamento por parte de todos, homens, mulheres, filhos e sociedade em geral, para que a mulher possa exercer plenamente seus direitos sem ser culpabilizada e responsabilizada pela ampla parcela de mazelas sociais que atualmente lhe são atribuídas.

A mulher rural, tanto como toda mulher, precisa de saúde, educação, igualdade de gênero, respeito, segurança, bem-estar e apoio do Estado e das instituições. Ela deve ter seu valor reconhecido de modo que, solidificando sua autoestima, estará fortalecida para enfrentar todos os desafios, e buscará a realização de seus sonhos e objetivos.

A precariedade de acesso à educação, tão comum entre as mulheres do campo, seja pela escassez de escolas, pela falta de tempo e oportunidade ou simplesmente porque não lhe é permitido pelo marido, é um ponto crucial para esta mudança. Cumpre-se de grande relevância que elas possam ter uma formação garantida, pois a carência de informação é uma das formas de perpetuar a dominação masculina.

Testemunhar exemplos de que a mulher rural está ocupando vagas em instituições públicas de ensino superior para cursar a graduação, mesmo que fora da idade escolar ideal, para então ter a possibilidade de compartilhar seu conhecimento e assistir outras mulheres rurais, é, sem sombra de dúvidas, o empoderamento feminino ocorrendo diante de nossos olhos. O que se quer então é a multiplicação desses exemplos e de tantos outros que poderiam ser citados, para que se tornem regra e não exceção. Que as mulheres rurais lembrem-se e tenham consciência que é o importante é dar o primeiro passo, mesmo que seja pequeno, que seja lento, é um começo e sem ele não tem como completar a caminhada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 11, 31 mai. 2017.

BONAFIM, B. P.; GOUVÊA, L. A. V. N. de. Saúde da mulher no meio rural: uma revisão integrativa. 2020. In: CASTRO, L. H. A.; PEREIRA, T. T.; MORETO, F. V. de. C. (org.). **Propostas, recursos e resultados nas Ciências da Saúde 5**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. p. 143-148. Disponível em: <https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/34681>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 217-240.

CARDOSO, S. S.; SCHMIDT, J. P. Desigualdade de gênero e desafios para o empoderamento das mulheres agricultoras. **Revista Húmus**, São Luís, v. 9, n. 26, p. 51-69, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/11279>. Acesso em: 02 abr. 2021.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

COSTA, M. da. G. S. G. da.; DIMENSTEIN, M. D. B.; LEITE, J. F. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 19, n. 2, p. 145-154, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/qKQ4yVyYYX9kqf7f3LDqWKD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

FUCHS, A. M. S.; FRANÇA, M. N.; PINHEIRO, M. S. de F. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013. 286 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUBERT, F. P. P. *et al.* Empoderamento feminino na agricultura familiar. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 23-30, 2020. Disponível em: <http://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/888>. Acesso em: 01 set. 2021.

MACIAZEKI-GOMES, R. de. C. *et al.* Modos de trabalhar e modos de subjetivar na agricultura familiar no sul do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/65762/46753>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINS, B. V. **Gênero, empoderamento e mulheres rurais**. In: Congresso em Desenvolvimento Social, 5., 2016, [Montes Claros]. **Anais [...]**. [Montes Claros]: FAPEMIG, 2016. Disponível em: http://congressods.com.br/quinto/anais/gt_06/GENERO,%20EMPODERAMENTO%20E%20MULHERES%20RURAIIS.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

MATOS, P. F. de.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.

MELO, H. P. de.; CAPPELLIN, P.; CASTRO, E. G. de. Agricultura familiar nos assentamentos rurais: nas relações entre as mulheres e os homens o caso do Pontal de Paranapanema. 1996. In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. (org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008. p. 81-152.

MESQUITA, L. A. P. de.; MENDES, E. de P. P. Agricultura familiar, trabalho e estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural. **Espaço em Revista**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 14-23, jan./jun. 2012a. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/19382/11270>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MESQUITA, L. A. P. de.; MENDES, E. de P. P. O trabalho feminino na agricultura familiar: estratégias de produção e reprodução familiar na Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). **Emblemas**, Catalão, v. 9, n. 1, p. 15-26, jan./jun. 2012b. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/28425/15959>. Acesso em: 05 jun. 2021.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 232 p.

PAULILO, M. I. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016. 383 p.

SANTANA, A. de. S.; SILVA, J. K. L.; PESSOA, E. R. de. A. Lugar de mulher é onde ela quiser: a atuação das dirigentes das associações rurais em Chupinguaia e Vilhena, Rondônia. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 272-310, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/248>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SARDENBERG, C. M. B. **Conceituando empoderamento na perspectiva feminista**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, 1., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SCHNEIDER, C. O. *et al.* O. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 245-258, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/qMfbPhJpKYMfjmWsSsMLZWq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SIQUEIRA, A. E. S. S. de.; SARDENBERG, C. M. B. Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. In: Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero, 18., 2014, Recife. **Anais** [...]. Recife: UFRPE, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/>. Acesso em: 14 ago. 2021.